

Título

Os Crimes de Diogo Alves

Autor

Leite Bastos

**Direitos Reservados para
Actualização Ortográfica e Prefácio**

© Esfera do Caos Editores Lda
e Autor do Prefácio

Design

Flukstudio

Impressão e Acabamento

Papelmunde SMG Lda

Depósito Legal

XXXX

ISBN

989-8025-16-6

1ª EDIÇÃO

Novembro de 2006

ESFERA DO CAOS EDITORES LDA

Campo Grande

Apartado 52199

1721-501 Lisboa

esfera.do.caos@netvisao.pt

www.esferadocaos.pt

ÍNDICE

PREFÁCIO	9
Antes de ler (Advertência)	21
I Pacto de amor	25
II Nos braços do crime	30
III A história do corneteiro	37
IV Quem era a Parreirinha	43
V Os princípios de Diogo	48
VI Os crimes dos Arcos	53
VII O Carioca	58
VIII Ela por ela	63
IX Mais crimes de Diogo	69
X O corpo de delito	74
XI Exame dos cadáveres	81
XII A taberna do José Gordo	89
XIII Pé de Dança	96
XIV Os dois primos	102
XV O roubo da calçada da Estrela	107
XVI A coacção	112
XVII António Palhares	117
XVIII Na ratoeira	121

XIX	Preliminares do crime	128
XX	A mãe e os filhos	134
XXI	A volta da viagem	140
XXII	As mortes em casa do médico Andrade	146
XXIII	Os cúmplices	153
XXIV	Depois do crime	159
XXV	Os remorsos	165
XXVI	A última vítima	170
XXVII	A acção da justiça	176
XXVIII	Prisão do Pé de Dança	181
XXIX	Interrogatórios	185
XXX	A acareação	189
XXXI	Uma audiência de pronúncia	195
XXXII	Justiçados e condenados	201
XXXIII	Os três dias de oratório	208
XXXIV	A execução	214
XXXV	O último acto	221
	DOCUMENTOS EXTRAÍDOS DO PROCESSO	225

Prefácio

Notas e contranotas nos bastidores e na trama real de um livro de aventuras

Este livro é pioneiro e, simultaneamente, um clássico da nossa escassa literatura de aventuras. O autor, Leite Bastos, mais jornalista e publicista que escritor propriamente dito, explorou alguns temas de êxito e decerto terá arrecadado os esperados proventos. Não precisou de muito para convencer que contava a verdade aos seus leitores, bastou-lhe lançar mão ao processo, aos jornais e ao que se dizia. O protagonista, Diogo Alves, um galego da província de Lugo, iniciou rapazinho ainda, aliás na altura da maioria dos seus compatriotas, o itinerário da busca do *el dorado* atravessando o Rio Minho para sul. É que Portugal sempre pareceu aos imigrantes galegos algo mais próximo e menos incerto do que as Índias Americanas. Porém, o galego chegou a dada altura da sua vida em que optou pela actividade de bandido, decerto atraído pela perspectiva de enriquecimento mais rápido do que através das tradicionais profissões reservadas aos galegos — boleeiro ou aguadeiro, mesmo carreiro. Assim, é esta uma obra sensacional, de crimes vários e um castigo definitivo, mas sem grandes surpresas, pois sabemos desde o início que o infeliz protagonista, para quem não há uma palavra da mais leve comiseração, acabou por ser enforcado. Porém, com a curiosa particularidade deste livro iluminar algo da vida do Aqueduto das Águas Livres, em Lisboa, cenário, com tal protagonista, de alguns dos mais hediondos casos da história do crime em Portugal. Mas não

se ficou por aí o galego, e hoje, se este livro caísse nas mãos de um Stephen King, decerto que ele lhe daria uma volta, arrumaria o processo numa gaveta secundária e teríamos mais um dos seus *thrillers* aterrorizadores de famílias inteiras, quer sob a forma de *paperbacks* quer na adaptação cinematográfica!

Na verdade, Diogo Alves impressionou de tal modo a opinião pública e a comunidade científica da época, que esta, de algum modo empurrada por aquela, se sentiu na obrigação de debruçar-se sobre o seu tenebroso caso. Corria 1839 quando o bandido foi preso, em 1840 julgado e condenado e, em Fevereiro de 1841, executado. Logo o entusiasta português da recém-criada Frenologia, o prof. Lourenço da Luz, vê a sua oportunidade de poder trabalhar a par de um grande nome europeu, cujas teorias estavam a provocar certa expectativa na comunidade científica médica internacional. Assim, ele, já médico de prestígio, a estribar-se também numa mais valia política para o seu nome¹, decididamente amparado no médico vienês Franz-Joseph Gall, convenceu o poder judicial a ceder-lhe a cabeça do facínora executado. Já veremos para quê.

Em 2004, quando a pesada lousa do esquecimento fora há tempos colocada sobre a memória do caso, no Museu Nacional de Arte Antiga, na capital portuguesa, esteve patente a exposição de um núcleo de peças destinadas a um futuro Museu da História da Medicina. E neste acervo destacavam-se, para o interesse deste livro que está nas mãos do leitor, um busto e um frasco. O primeiro é um modelo de cabeça apresentando o mapa frenológico, em gesso patinado e madeira, e o segundo contém uma cabeça humana mergulhada numa preparação líquida, etiquetada como «possivelmente de Diogo Alves». Esta última indicação é de crer confirmada porque está documentado que o prof. Lourenço da Luz obteve a referida autorização para que o cadáver do criminoso fosse decapitado, revertendo a cabeça para estudo do Gabinete de Frenologia da Escola Médico-cirúrgica de Lisboa. Anos mais tarde também obteria a de outro criminoso célebre, Matos Lobo.

«Este nosso Portugal, diz-nos Camilo Castelo Branco, é um país em que nem pode ser-se salteador de fama, de estrondo, de

¹ Seria deputado, par do reino, presidente da Câmara Municipal de Lisboa, entre outros cargos públicos.

feroz sublimidade! Tudo aqui é pequeno: nem os ladrões chegam à craveira dos ladrões dos outros países! Todas as vocações morrem de garrote, quando se manifestam e apontam a extraordinários destinos.»² O nosso grande escritor preparava a entrada de José do Telhado no seu livro *Memórias do Cárcere*, mas não terá esta figura de salteador uma tal popularidade que a impede de desaparecer na voragem do tempo? Isto mesmo sem necessidade de recurso às páginas camilianas. A lenda de José do Telhado, que paira no Entre-Douro-e-Minho, não precisa de bengalas. E as aventuras deste bem poderiam dar um livro de aventuras mais legível do que os maçadores cartapácios de Eduardo Noronha. Porém, neste livro temos diante de nós um facínora doutra extracção e importado, ainda que de perto, afinal um modesto galego que, diz a lenda, comportou-se exemplarmente durante uns anos, experimentando mesmo uma certa fama de homem honesto e pouco inteligente, entrando depois na senda do crime.

Sem o passado militar de José do Telhado – que até foi condecorado com a Torre e Espada³ –, Diogo Alves escorregou do lado do bem para o lado do mal sem que qualquer dos seus biógrafos⁴ consiga justificá-lo com um sentimento, com um episódio que pudesse provocar tal mudança. Hoje diríamos que ele *se passou* e ponto final. Nascido em 1810, no bispado de Lugo, exactamente na paróquia de Santa Gertrudes de Samos, na Galiza, Diogo Alves era filho de um casal de modestos camponeses. Logo que aparentou forças, mas ainda rapaz, foi mandado para Lisboa, com outros pequenos galegos. Leite Bastos diz: «logo que o rapazote esteve em estado de pegar num barril, foi mandado para Lisboa». Isto significa, descontada a imaginação do autor, que ele ia destinado a aguadeiro. Chapéu e sapatos novos, reduzido enxoval, con-

² Pág. 329 de *Memórias do Cárcere*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 2001.

³ Nunca consegui encontrar o registo oficial, mas a voz popular condecorou-o e isso basta!

⁴ Para além do presente livro de Leite Bastos, há ainda a *História Verdadeira e Completa do célebre ladrão e assassino Diogo Alves* (Livraria de Francisco Silva, Lisboa, sd), *Os Crimes de Diogo Alves e da sua Quadrilha* (Livraria Barateira, Lisboa, sd), *Diogo Alves e a sua Quadrilha*, de Belo Redondo e Tomé Vieira (Lisboa, sd), incluindo o arrevesado poema de António Manuel Terras *O Suplício de Diogo Alves* (Lisboa, 1841).

fessado e comungado, com a bênção do pai, eis elementos da sua bagagem, ao que recolhemos aqui e ali. O que não nos podemos esquecer é que a abolição da escravatura no nosso país é de um decreto do recente Dezembro de 1835 e então tornava-se necessário suprir o trabalho reservado aos escravos por trabalhadores livres mas que se sujeitassem. E foram sobretudo os galegos a preencher essa necessidade.

O poeta sarcástico Nicolau Tolentino (1741-1811), num par de quadras, logrou descrever a actividade dos galegos entre nós, indo colher a adjectivação inicial ao velho Camões:⁵

Já o sórdido galego,
Meu antigo companheiro,
De gravata, e carrapito
Arvorado em boleiro;

Açoitando surdas ancas
De dois sendeiros roazes,
No mesmo bairro apregoa
Ora barris, ora pazes.

A imigração galega em Portugal tornou-se tão importante que nos finais do século XVIII a colónia ascendia a 80 mil, metade dos quais situada em Lisboa. Em 1871, os galegos constituíam 97% dos cidadãos espanhóis que se encontravam a trabalhar em Portugal, isto baseado nos deficientes registos da época. A título de curiosidade, vale a pena referir que, em 1801, «a presença de serviçais galegos tornou-se de tal forma indispensável que, quando (...) se pretendeu expulsar os galegos em razão da guerra, não se fez, porque o intendente geral de polícia representou que, se se mandassem embora, não haveria quem servisse as cidades de Lisboa e Porto»!⁶ E Portugal estava ainda numa fase que compreendia a escravatura...

Nas tradições profissionais dos galegos entre nós, Diogo Alves, em Lisboa, serviu nas casas dos marqueses de Penalva e Castelo Melhor, Conde de Belmonte, conselheiros Castro e Cunha e dr. João

⁵ *Ó sórdidos galegos...* já ele apostrofara em *Os Lusíadas*.

⁶ Torres, Rui Abreu: «Galegos em Portugal», *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, Vol. II, págs. 320-321.

Tomás de Carvalho, tornando-se boleiro de certo renome. Leite Bastos, neste livro, sugere que ele veio para Portugal destinado a aguadeiro, porém a oportunidade deverá ter sido outra. Ao que sabemos, teve sorte, pois começou por ser moço de cavaliça e depois passou a trintanário.⁷ Os trabalhos para estes pequenos migrantes eram conseguidos por outros compatriotas seus, que já conheciam o meio e os guiavam. Aliás, quase todos os galegos tinham familiares em Portugal e a solidariedade entre eles não era palavra vã. E neste sentido, veremos que até havia galegos na própria quadrilha que Diogo Alves mais tarde viria a constituir e com a qual foi preso.

Com fama inicial de pessoa honrada, Diogo Alves mudava de emprego com a frequência habitual da época. Conta a lenda que lhe emprestavam cinquenta e cem moedas e ele restituía-as no prazo em que se comprometia. No entanto, não primaria pela inteligência, pelo que o alcunharam de *O Pancada*. Porém, esta alcunha também poderá significar feitiço arruaceiro, brigão. É demasiado tarde para o descobrirmos. De qualquer modo, chegou até nós a notícia de que, correndo o ano de 1836, Diogo Alves é despedido da casa do dr. João Tomás de Carvalho, que vivia na Palhavã, por a este «desagradarem os instintos ferozes de que (Diogo Alves) começava a dar indícios».⁸

Diogo Alves, com 26 anos, analfabeto, viu-se sem emprego, com a agravante de o perseguir o labéu da palavra severa do descontentamento ofendido do seu último patrão, figura reputada na sociedade lisboeta, quedando assim a antiga sua fama de homem honrado completamente desfeita. Então decide tornar-se ladrão por conta própria e actuar sozinho. Escolhe o Aqueduto das Águas Livres como campo de acção. Achou que ali poderia actuar impunemente. E a verdade é que, ao longo dos tempos, quando se fala deste, que é um dos *ex-libris* lisboetas, se houver que se lhe associar um nome, diz-se mais depressa o de Diogo Alves do que os dos grandes obreiros do monumento – Manuel da Maia, Custódio Vieira ou Carlos Mardel! Muito mais rapidamente aflora o nome do ladrão e assassino do que os dos engenheiros ou do arquitecto

⁷ In *Os crimes de Diogo Alves e a sua Quadrilha*.

⁸ In *História Verdadeira e Completa do Célebre Ladrão e Assassino...*, pág. 4.

da obra! E tudo se passou no ano de 1836, quando Diogo Alves saltou o muro comportamental. Depois foram mais três anos de crimes, a que a Justiça pôs cobro.

Obra iniciada no reinado de D. João V, o Aqueduto das Águas Livres, tão importante para o abastecimento de água à cidade de Lisboa, tornou-se, de súbito, alvo das atenções, pois diariamente, sob os seus arcos, começou a aparecer um ou dois corpos esmagados, como se houvesse uma vaga de suicídios, algum andaço de desgraça que fizesse com que, homens e mulheres, não importava a idade, se lançassem lá do alto. A polícia, bastante incipiente ou acomodada, mais preocupada com os adversários do Governo, registava as ocorrências como meros suicídios. E, no entanto, eram apenas as primeiras proezas de Diogo Alves. Aliás começara por roubar, sob ameaça de navalha, um que fora seu amigo. Porém, as mais das vezes, o galego aliviava as pessoas dos seus pertences e para que estas o não denunciasses, lançava-as do aqueduto, actuando sem cúmplices em horas de escasso movimento. Porém, certa vez, nas sombras do aqueduto, um dos assaltados resistiu-lhe, ameaçando-o com uma pequena pistola. O assaltante teve de fugir, mas foi reconhecido. Entretanto, as autoridades aperceberam-se de quanto andavam enganadas com a origem dos cadáveres e proibiram o trânsito pelo aqueduto, cerraram os acessos, o que se manteve praticamente até aos nossos tempos. E começou a caça ao homem.

Diogo Alves constituiu, então, uma quadrilha e mudou de método. Mesmo deixou de assassinar lançando as suas vítimas do alto, passando a asfixiá-las. Ele «raras vezes roubava que não matasse».⁹ Andando envolvido com uma taberneira, conhecida pela alcunha de *Parreirinha*, o ladrão dependia bastante das vontades desta. E isto acelerou a sua perdição, tanto mais que foi uma filha de dez anos da amante que prestou o mais importante depoimento contra ele. É que à miúda nada era escondido e ela de tudo sabia. A mulher, Gertrudes Maria, natural de Mafra, estava separada do marido e estabelecida com balcão e pipos na azinhaga de Águas Boas, a Palhavã. Diz-se que, num momento crucial, teve a noção da perigosidade do testemunho da filha e propôs-se matá-la.

⁹ In *História Verdadeira e Completa do Célebre Ladrão e Assassino...*, pág. 4.

Porém, os jornais da época preocupavam-se sobretudo com as questões políticas e os casos de crimes apareciam intitulados, mesmo em jornais mais populares, de um modo tão simples como *Notas diversas*.¹⁰ E apenas em 1838 é que os poucos jornais que então havia começaram a prestar alguma atenção aos desmandos de Diogo Alves. Não vamos, pois, no espaço deste prefácio, contar o que o leitor lerá adiante, no livro de Leite Bastos, mas prevenimos que se trata de um inventário romanesco de barbaridades do perigoso quadrilheiro. Bem, inventário é como quem diz, porque o número das suas vítimas no aqueduto nunca pôde ser calculado...

Por outro lado, observemos que Francisco Leite Bastos nasceu em 1841, exactamente no ano da execução de Diogo Alves. O livro hoje publicado foi editado pela primeira e única vez em 1877, quando o jornalista contava 36 anos. Quase quarenta anos haviam decorrido desde os acontecimentos. A verdade é que se Leite Bastos entendeu investigar o caso e rescrevê-lo é porque havia interesse na opinião pública em rever as circunstâncias daquelas malfetorias. Continuava latente a questão. Aliás, em 1911, a primeira tentativa de filme de ficção em Portugal é praticada pelo realizador João Tavares, com *Os Crimes de Diogo Alves*, que se estrearia no Porto, antigo Salão da Trindade, à Rua do Almada, a 26 de Abril de 1911. Este filme pioneiro andou perdido e só recentemente foi recuperado. Tendo vivido em Lisboa entre 1841 e 1886, Leite Bastos morreu ainda bastante novo. Homem imaginativo, os seus livros mais populares foram, além deste, os romances *O Incendiário da Patriarcal* e *Os Trapeiros de Lisboa*, que ele próprio adaptou ao teatro. Em 1872, o seu romance *A Calúnia* era precedido de umas palavras de Castilho a Camilo acerca do autor. Há ainda a considerar uma série de comédias e peças de teatro de actualidade. E andava muito atento aos gostos dos leitores.

Tal como aconteceu com o já aqui referido, António Manuel Terras teve o gesto oportunista de colocar no mercado o folheto *O Suplício de Diogo Alves*, um «canto em verso heróico», logo a seguir à execução. Numa linguagem empertigada, o poetastro aponta-o — é o caso do assalto à casa do dr. Andrade — como

¹⁰ Caso de *O Nacional*. Noutros, a notícia nem sequer apresenta título, apenas um sinal gráfico de separação em relação ao que anteriormente informa!

«principal roubador de vidas cinco», chamando-lhe, a páginas tantas, «bipedino tigre»! E vai descrevendo alguns dos crimes do galego até que nos dá uma curiosa narrativa da subida dele ao patíbulo, que não quero deixar de lhes servir de amostra lírica daquilo que poderíamos entender como remorso do condenado:

... do pérfido a mente trespassada
Pelas setas da lembrança aterradora,
A fonte da indulgência julga exausta,
À força o faz subir indócil Parca,
Doutrina divinal conforto, anima:
Do desumano algoz no breve impulso,¹¹
Folga a Justiça, geme a natureza.
Ó pena infame, repugnante a Tito
Da Latina nação vetusto gozo,
O crime foi teu, o crime punes.
Tal o fim do mortal, que o trilho segue
Dos cicios, que delitos torpes geram,
E sem temer civil, divina pena,
Engolfado nas culpas se alimenta.

Mas vejamos um pouco do que acontecia em Portugal e lá fora nestes anos em que se passa a parte mais importante desta triste história: 1836-1841. As associações comerciais de Lisboa e Porto iniciavam as suas actividades, Morse começava as suas experiências de telégrafo eléctrico, reinava D. Maria II, vitória do Setembrismo, organização das escolas médico-cirúrgicas do Porto e de Lisboa, bem como da escola Politécnica de Lisboa e da Academia Politécnica do Porto, bem como de outros estabelecimentos de ensino de artes e ofícios. Em 1837, começa a destacar-se Costa Cabral, nomeado administrador geral de Lisboa. No ano seguinte, este político, na pasta da Justiça, outorga a *Novíssima Reforma Judiciária*, sobe à cena *Um auto de Gil Vicente*, de Garrett, e Dickens lança *Oliver Twist*. Em 1840, Proudhon publica: *O que é a Propriedade?* e o capitalista Conde de Farrobo espantava Lisboa iluminando o seu Palácio das Laranjeiras com dez candeeiros a

¹¹ Há aqui a paráfrase de uma rima de Bocage, aliás confessada pelo autor no próprio folheto.

gás. É curioso, mas isto parece nada ter a ver com aquilo de que estávamos a falar, pois não? Afinal, quando lermos aí adiante o episódio da execução, será que nos apetecerá, de algum modo, dar uma vista de olhos à novíssima reforma da Justiça? Quando imaginamos o carrasco escarranchado nos ombros do condenado, para que ele morra mais depressa pendurado na soga... Bem, e a pensar nisto, dei por mim a folhear jornais da época e não resisto a partilhar uns recortes com os leitores:

O facinoroso Diogo Alves foi ontem condenado em pena de morte, alguns companheiros o foram na de degredo perpétuo e o Pé de Dança na de dez anos. O Juízo foi o mais irregular possível, o delegado, o sr. Demétrio, tão célere nos processos de liberdade de imprensa, deu repetidas provas da sua incapacidade... – A Revolução de Setembro, 16/7/1840.

Ontem, pelas 10 horas da manhã entraram para o Oratório os dois assassinos Diogo Alves e António do Celeiro; este sucumbiu imediatamente, porém, o outro conservava um ar de indiferença que combina com a perversidade do seu coração. É natural que quando se avizinha a hora fatal perca todo esse ar de ferocidade que o distingue. – Correio de Lisboa, 18/2/1841.

Os dois réus saíram da cadeia do Limoeiro depois do meio-dia: O Martins ia inteiramente desfalecido, e sustentado nos braços dos padres, que o acompanhavam. Diogo Alves, mais alentado se mostrava. A este réu ainda se via na testa a ferida que ultimamente recebera na cadeia em consequência de uma desavença com o juiz da prisão. Desde muito cedo tinha começado o afluír do povo às ruas do trânsito, e toda a longa extensão destas, desde o Limoeiro até ao Cais do Tojo, onde estava levantada a forca, se via atulhada de uma inumerável multidão de espectadores, a ponto de não se poder romper por elas. Toda a capital se moveu para presenciar este triste espectáculo. O nome de Diogo Alves tornou-se horrorosamente célebre e por muito tempo será lembrado entre os dos mais criminosos. Pelas 3 da tarde tinham os réus deixado de existir. Deus se tenha compadecido das suas almas! Se folga a Justiça com a punição dos criminosos, e a sociedade se compraz de ver-se livre de seu flagelo,

pode a humanidade deixar de gemer pela triste sorte dos desgraçados. (...) Este homem (DA) nem se mostrou impenitente, nem talvez profundamente arrependido: os seus últimos momentos foram muito ordinários. Disse o Martins: «Sou um desgraçado e esse homem foi a causa da minha desgraça!» – Periódico dos Pobres, 20/2/1841.

Parece que Diogo Alves, um dos seis justicados ontem esperava ter ocasião de se envenenar antes de entrar no Oratório, pois fizera as maiores diligências para receber roupa da sua cúmplice e amázia – o que lhe não foi permitido. Este homem, notável pela sua ferocidade, ostentou alguma presença de espírito nas primeiras horas de Oratório; mas depois sucumbiu e recebeu com sinais de devoção todos os socorros espirituais. Vociferou também muito, ao princípio, contou seu colega, o Martins do Celeiro; mas depois ainda no Oratório quis abraçá-lo e ambos pediram perdão um ao outro. No trânsito para o lugar da execução, o Diogo Alves marchou com passo firme, mas ia muito abatido. Apesar disso conhecia-se bem que era ele. O Celeiro, porém, ia de tal modo desfigurado que não era possível reconhecê-lo. Ainda junto do patíbulo, o primeiro réu se confessou. – Correio de Lisboa, 20/2/1841.

Os espectadores apinhados em toda a parte acorriam a ver este facinoroso (DA), que tão célebre se tornara. Punge todos os corações bem formados ver um homem perder a vida às mãos do verdugo; mas os crimes deste infeliz pesavam tanto ainda na memória de todos, enchiam de tal horror todos os espíritos, que por toda a parte se amontoavam e atropelavam curiosos a ver o aspecto do homem feroz, e certificarem-se que alfim a justiça exercia a sua acção protectora, a respeito da sociedade, castigadora a respeito dos réus. As vítimas do nefando assassinio foram vingadas. Junto ao cadafalso, Diogo Alves quis confessar-se, pediu para ser o primeiro executado. O Celeiro proferiu algumas invocações religiosas e expirou. Tinham dado duas horas e a irmandade da misericórdia conduziu os dois cadáveres à morada derradeira. – A Revolução de Setembro, 20/2/1841.

Breve amostra da reconstituição do assassinio de uma das adolescentes no assalto à casa do dr. Andrade: Diogo Alves manieta

atrás das costas a menina, e lhe prende as mãos aos pés, e comprimindo-lhe o peito com os joelhos, coisa horrível para dizer-se, dobrando-a para as costas, estalando-a a matou. – A Revolução de Setembro, 3/8/1841.

Para crimes civis, a pena de morte viria a ser abolida a 5 de Julho de 1852, já no reinado de Luís I. No entanto, desde 1846 que a pena capital era sempre transformada em prisão. Para esta atitude muito deve ter contribuído uma frente pedagógica, de base maçónica, como a que transparece, por exemplo, neste comentário final da reportagem da execução de Diogo Alves e António do Celeiro, publicada em *A Revolução de Setembro* (20/2/1841):

Parece-nos também pouco humano conservar tais infelizes por três dias no Oratório e obrigá-los a procurarem descalços por um longo caminho o patíbulo; de outras nações mais cultas devíamos aprender a fazê-los conduzir em uma carroça, e abreviar aquele tempo. É bárbaro lacerar um coração, de criminoso ou de homem, com 60 horas passadas em tragar as amarguras e os horrores de uma morte afrontosa: o tempo indispensável para os actos últimos de religião, e depois disto diminuir-lhes dores já que a vida se lhes tira; piedade até punindo. Quanto à jornada do patíbulo essa é de tal sorte repugnada com a sensibilidade de qualquer coração, ainda o menos impressionável, que seria ocioso dela falar agora.

Bem, agora está aí o texto de Leite Bastos à vossa espera, aliás ilustrado pelo seu amigo e colaborador de outras obras, Manuel de Macedo. Ajuda a concentrar a atenção na acção com a mais-valia de um muito fiável cenário da época. Quanto ao Diogo Alves, se o quiserem conhecer pessoalmente, esperem pela inauguração do Museu da História da Medicina...

Calcaterra, Outubro de 2006.

JOSÉ VIALE MOUTINHO

I

Pacto de amor

Naquela noite fechou mais cedo a taberna da Parreirinha, na estrada de Palhavã.

Da parte de fora resmoneavam ainda uns ébrios em avinhada contenda.

Lá dentro espalhava os derradeiros lampejos a luz indecisa e avermelhada da candeia do azeite de peixe, que estava pendente das traves do tecto.

A Parreirinha, sentada na sua arca, tem o avental enlaçado nas mãos e conversa animadamente.

É mulher dos seus trinta anos.

Adivinha-se-lhe a ferocidade dos instintos no todo grosseiro.

Naquelas feições crestadas e avinhadas há o que quer que é da raça felina conjuntamente com os traços mais característicos do embrutecimento da alma.

Veste corpete de chita e saia sobre o curto de baeta em quadradinhos azuis e pretos, deixando ver a meia de linho muito branca e uns sapatos abotinados que não disfarçam bem as formas incorrectas de um pé trivial.

Na sua frente, inclinado sobre o balcão, tendo à direita o copo com vinho, está um rapaz dos seus vinte e cinco anos, estatura regular, macilento, rosto comprido e um pouco picado das bexigas, cabelo rente, deixando cair sobre os lados umas fartas mechas em forma de caracol.

Cai-lhe sobre os olhos o barrete à campina e veste de ganga azul: jaqueta, calça de boca de sino e sapato de laço.

A cinta descai-lhe um pouco, deixando ver a camisa, que lhe foge das calças.

De quando em quando puxa a jaleca importuna que lhe descai dos ombros; depois bebe o seu gole de vinho, que acompanha da correspondente careta, e volta à mesma posição.

A fala denuncia-lhe a nacionalidade.

É galego, bastante cerrado. Os modos são acanhados, a fisionomia nada tem de notável.

Chama-se Diogo e está ao serviço da casa do Sr. Sá, que é ali vizinho.

A Parreirinha devora-o com um olhar febril e parece dominá-lo com o mais ligeiro movimento dos lábios grossos e descaídos, mas que têm fogo, e escaldariam quem os tocasse.

Diogo está apreensivo e triste.

– Tens razão – diz-lhe ele. – É forte desgraça a minha!

– Mas continuas jogando?...

– Já disse que não voltava à taberna do José Gordo...

– Cantigas!

– Cantigas, não: pergunta à filha da Joaquina do Forno.

– Era o que me faltava. Essa ladra tem ainda contas a ajustar comigo. Cuidas que o José Cota não me disse tudo?

– O José Cota é um ladrão!

– Pois sim, mas tu não vais ao José Gordo, porque deves lá...

– Devo.

– Andas-te a *escorrar do lobo*...¹

Diogo deu um murro no balcão e, avançando para ela, exclamou:

– *Noco a noz* ao maquino e estafo-o!²

A Parreirinha respondeu, sorrindo, na mesma linguagem:

– *Nentes!* A mim não *mocas* tu...³

– Cala-te, Gertrudes – trovejou Diogo em tom de ameaça.

¹ Fugir ao credor. (As notas em rodapé são do autor.)

² Quebro a cabeça ao ladrão e mato-o.

³ Nada. A mim não me enganas.

A Parreirinha levantou-se no mesmo instante, pôs as mãos na cintura e olhou para o Diogo com certo ar provocador.

– Que dizes tu?...

E os olhos vivos e penetrantes da tasqueira pareciam trespassar-lhe o coração.

Diogo não se atreveu a replicar.

Baixou a cabeça e ficou-se.

Um momento depois a Parreirinha prosseguiu com severidade quase solene :

– Tu ontem estiveste com o António Palhares em Campo de Ourique.

– Sim, estive.

– E levavas contigo dinheiro, mais de oito moedas.

– Quem to disse?

– Sei-o eu. Que fizeste a esse dinheiro?!

– Que lhe fiz? joguei-o.

– E perdeste-lo?

– Todo.

– Oh! maldita hora em que eu te conheci, Diogo.

– Gertrudes, não me digas isso!

– Digo. Tens-me dado cabo de todo o meu ouro e só me restam dívidas.

– Que demónio queres tu que eu faça? Sou um desgraçado, um doido, um miserável. Ah! o meu patrão, o Sr. Dr. Tomás de Carvalho, é que dizia bem. Nunca poderei esquecer o que ele me disse uma vez: «Não te quero em minha casa, porque és um malvado e hás-de acabar mal.»

A Parreirinha mostrava-se enternecida.

– Foste a minha desgraça – dizia ela – Deus me perdoe, que até o amor aos filhos perdi por ti. Eles passam necessidades por tua causa, andam mal arranjaditos, rotos...

– Tens razão, tens. É preciso acabar com isto por uma vez.

Dizendo assim, afastou o copo de si e colocando sobre os ombros a manta de lã, encaminhou-se para a porta com aspecto sombrio.

– Onde vais?

Diogo ficou-a por um momento, perplexo e sem atinar com a resposta.

A Parreirinha, impaciente e ansiosa, segurava-o por um braço.

– Queres deixar-me?!

E esta interrogação tinha para Diogo toda a expressão fascinadora de uma queixa, de uma súplica, ou de uma repreensão amorosa, a um tempo humilde e imperativa.

Como resistir-lhe, se ele amava sinceramente aquela mulher que fora a sua afeição mais séria?

– Quero, sim – exclamava num esforço desesperado. – A paixão do jogo faz-me perder o juízo. Não te posso dizer o que é isto! Preciso de dinheiro para esse maldito vício, e de sangue quando me arrelio. Tenho morto e roubado já, e tudo por causa dele. Vão-se-me os olhos nos jornais que falam de crimes e de roubos e sabes que mais, Gertrudes? só tenho pena de não saber ler, para pôr na memória tudo o que eles dizem, que faz arrepiar os cabelos de toda a gente e me dá gosto a mim!

A Parreirinha estava como enleada. Diogo a nada atendia.

– Ah! deixa-me, Gertrudes, se não queres a *àquela* de ter a sorte que o doutor me espera: isto há-de acabar mal por força!

E procurou afastá-la de si desabridamente; mas a Parreirinha não o largava...

Havia-se-lhe lançado já ao pescoço, nervosa, excitada, terrível.

– Ah! Diogo – exclamava – ladrão, assassino, coberto de infâmias, com mil mortes às costas, serás sempre o maior prazer da minha alma, o meu amor!

Diogo apertava-a com veemência. Ela sorria vitoriosa.

– Nascemos um para o outro e o crime será o laço que nos ligue um dia para sempre.

Neste instante despertaram dentro as crianças num choro assustador.

Da parte de fora haviam dado uns encontrões na porta, como se a quisessem arrombar.

Mas, tão embebidas e inebriadas estavam aquelas duas criaturas, que a nada atenderam.

Diogo havia cingido a Parreirinha meigamente pela cintura e dizia-lhe na sua linguagem umas frases apaixonadas e ardentes que lhe escaldavam o cérebro.

Da parte de fora gritava uma voz rouquenha, imperiosa:

– Com um milhão de diabos! Abre-se de lá isso?!

A esta voz Diogo empalideceu. A Parreirinha, muito espantada, exclamou:

– Que demónio vem cá fazer a estas horas o Beiço Rachado?

Num momento foi aberta a porta.

Diogo estava inquieto. As suas primeiras palavras, ao ver o Beiço Rachado, foram:

– Há alguma novidade?!

– Fecha para lá isso – respondeu o outro com certa frieza.

Depois, sentou-se no primeiro lugar que encontrou, aparentando uma serenidade que não tinha, e disse:

– Sabes que mais? fizemo-la asseada!